

**COFUND - COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dezembro de 2025



1. Introdução

Este relatório apresenta de forma detalhada as atividades desempenhadas pela Comissão Regional de Soluções Fundiárias (Cofund/TRF6) durante 2025, incluindo visitas técnicas, audiências de mediação e reuniões de acompanhamento, cooperação com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), além da participação em eventos de capacitação nacional. Destaca-se que todas as visitas técnicas são precedidas por reuniões individuais prévias com todas as partes e órgãos envolvidos nos conflitos fundiários, seguidas da elaboração de relatórios técnicos detalhados, nos moldes da Resolução nº 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2. Assinatura do Acordo de Cooperação com o TJMG

No dia 2 de junho de 2025 foi formalizado o Acordo de Cooperação nº 012/2025 entre o TRF6 e o TJMG, com escopo na cooperação judiciária e institucional para mediação e resolução consensual de conflitos fundiários coletivos. O acordo prevê a realização conjunta de visitas técnicas, audiências de mediação, compartilhamento de informações, apoio logístico e capacitação mútua das equipes.

3. Acordos e soluções alternativas concretizados em 2025

Em 13 de fevereiro de 2025, a Comissão iniciou sua atuação no caso da Comunidade Renascer, em Uberlândia/MG, com realização de visita técnica e mediações institucionais destinadas a estruturar o atendimento habitacional das famílias residentes na área. Desde essa data, a Comissão passou a acompanhar as tratativas entre DNIT, MPF, DPU, Município de Uberlândia e entidades representativas, resultando na proposta de reassentamento de **mais de 100 famílias** por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. A atuação evitou a adoção imediata de medidas de reintegração de posse e permitiu organizar uma solução de transição habitacional adequada.

Em 5 de setembro de 2025, foi celebrado o acordo que solucionou o conflito fundiário de Brasilândia de Minas, que tramitava há mais de 16 anos. A atuação coordenada entre o TRF6, o TJMG e órgãos federais levou à transferência da área ao Inbra, responsável pelo reassentamento de **aproximadamente 100 famílias**. A solução foi construída com base em reuniões presenciais, visitas técnicas e audiências de conciliação, resultando na definição das medidas jurídicas e administrativas necessárias para conclusão do processo e regularização da área.

No dia 7 de novembro de 2025, ocorreu no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais a audiência de homologação do acordo celebrado na Tomada de Contas Especial nº 014.117/2022-3, referente ao reassentamento das famílias residentes na faixa de domínio da BR-381/Anel Rodoviário. O resultado decorreu de aproximadamente um ano de negociações conduzidas com participação da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TRF6, em articulação com o DNIT, o Município de Belo Horizonte e a URBEL. O acordo estabelece as medidas necessárias para o reassentamento de **cerca de 2.000 famílias**, assegurando a continuidade das obras no trecho e prevenindo deslocamentos forçados.

Em 26 de novembro de 2025, foi homologado o acordo que encerrou o conflito envolvendo a antiga Fazenda Ariadnópolis, em Campo do Meio, após quase três décadas de tramitação judicial. A solução garantiu a posse da área a **aproximadamente 600 famílias** do Quilombo Campo Grande. A construção do acordo envolveu inspeções, reuniões técnicas e audiências de conciliação realizadas ao longo de mais de um ano e meio, com participação de órgãos federais, estaduais e municipais. A homologação extinguiu quatro processos em curso e definiu parâmetros objetivos para regularização da área e continuidade das atividades produtivas.

Ao longo de 2025, avançou também o acompanhamento do acordo relacionado ao edifício do INSS no centro de Belo Horizonte, envolvendo as ocupações Zezéu Ribeiro e Norma Lúcia. A Comissão monitorou as tratativas iniciadas em 2024, com foco na reforma e destinação habitacional do imóvel, que deverá atender **cerca de 80 famílias**. O trabalho consistiu em articulação contínua com União, INSS, Ministério das Cidades, MPF, DPU e movimentos sociais, com o objetivo de acompanhar as etapas previstas no acordo e evitar o agravamento da situação habitacional no local.

Considerando todos os casos acompanhados e concluídos em 2025, estima-se que as ações da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TRF6 tenham beneficiado **aproximadamente 2.760 famílias**, abrangendo desde soluções consensuais para grandes obras de infraestrutura urbana até acordos fundiários rurais de longa tramitação e processos de regularização habitacional. Utilizando-se o parâmetro médio de quatro pessoas por núcleo familiar, adotado em avaliações institucionais, o impacto potencial alcança **cerca de 11.040 pessoas**, refletindo o alcance social das medidas implementadas e a relevância da atuação articulada entre os diversos órgãos envolvidos.

4. Visitas Técnicas

4.1 Uberlândia/MG – Comunidade Renascer

Data: 13 e 14 de fevereiro de 2025.

Processo: 1003407-05.2019.4.01.3803.

Avaliação in loco da situação de conflito envolvendo cerca de 120 famílias residentes às margens da BR-365. Participaram representantes do MPF, DPU, Município de Uberlândia, Conselhos Tutelar e Assistência Social. Foi realizado levantamento das condições sociais e físicas da área e planejada audiência pública para mediação. Após novas reuniões com as partes, providências estão sendo tomadas entre todos os agentes envolvidos em prol da solução encontrada para contemplar as famílias da Ocupação das Torres no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.





4.2 Campo do Meio/MG – Fazenda Ariadnópolis

Data: 12 e 13 de março de 2025.

Processo Estadual: 1889176-45.2011.8.13.0024

Atuação conjunta com TJMG devido à desapropriação federal decretada na área, para vistoria técnica conjunta visando à conciliação com famílias ocupantes e articulação para futuras audiências de mediação. Posteriormente, foi realizada reunião de mediação envolvendo as partes em conflito, com previsão de realização de novas audiências ainda este ano.



4.3 Betim/MG – Comunidade Indígena Warao

Datas: 19/05/2025, 22/07/2025 e 13/11/2025

Processo Estadual: 5028604-59.2023.8.13.0027

Vistorias conjuntas com TJMG, FUNAI, MPF e DPU nas áreas atualmente ocupadas pelos indígenas e nas áreas indicadas pela SPU/MG para reassentamento, objetivando solução consensual e sustentável para conflito fundiário.





4.4 Salto da Divisa/MG - Comunidade Quilombola Braço Forte

Data: 23 e 24 de junho de 2025.

Processo: 1003543-26.2020.4.01.3816

Visita técnica à Comunidade Quilombola Braço Forte, localizada na Fazenda Talismã, zona rural do Município de Salto da Divisa/MG, às margens da BR-367, km 19. A visita, conduzida em conjunto pela Comissão Fundiária do TRF6, INCRA, Defensoria Pública da União, Prefeitura de Salto da Divisa, proprietários da área, lideranças comunitárias e entidades apoiadoras como MST, Cáritas e CPT, teve como objetivo conhecer in loco as condições habitacionais, sociais e econômicas das famílias residentes na ocupação.







4.5. Januária/MG e Bonito de Minas/MG

Data: 03 a 05 de dezembro de 2025.

Processo: 5001234-08.2020.8.13.0352.

Visita nas ocupações Pavão Bonito e Nova Aliança, em Bonito de Minas. Trata-se de conflito envolvendo a Associação Quilombola Quixabeira Gameleira, o que tornou necessária a parceria com a comissão do TRF6.



4.6. Comunidade Cigana Calon - Ibitaré

Data: 10 de dezembro de 2025

Processo: 5001634-62.2017.8.13.0114.

Visita à Comunidade Cigana Calon e de possíveis terrenos indicados pelo Município de Ibitaré/MG para o reassentamento pacífico da comunidade. A visita contou com a presença do município, MPF e das comitivas do TJMG e TRF6.



5. Audiências e Reuniões de Acompanhamento

5.1 Betim/MG – Comunidade Indígena Warao

Datas:

- 4 de abril de 2025: reunião por videoconferência preparatória para mediação.
- 18 de julho de 2025: reunião institucional no TJMG (presencial).

5.2 Belo Horizonte/MG – Caso Anel Rodoviário

Datas:

- 05 de maio de 2025 (presencial - Núcleo de Conciliação - Cejus/TRF6).
- 09 de dezembro de 2025 (online).

Processo: 0057367-09.2013.4.01.3800

Em maio, reunião com participação do DNIT, URBEL e Município de Belo Horizonte, com objetivo de avançar nas tratativas voltadas ao cumprimento das determinações fixadas pelo TCU no Acórdão nº 9371/2024 (Tomada de Contas Especial vinculada ao Termo de Compromisso 941/2012). Foi discutida especialmente a permuta de áreas para viabilizar o reassentamento coletivo e a necessidade de formalização de compromissos com definição de cronogramas e responsabilidades.

Além desta reunião, consta a continuidade dos encaminhamentos iniciados em reunião anterior de 5 de dezembro de 2024, sendo essa a primeira reunião preparatória às ações desenvolvidas em 2025. Na sequência, foram realizadas uma série de contatos para garantir o acordo no caso.

Já em 09 de dezembro de 2025, foi realizada reunião com o Ministério das Cidades para melhor compreensão dos possíveis enquadramentos do lote dentro da secretaria de habitação.

5.3 Uberlândia/MG – Comunidade Renascer

Data: 18 de fevereiro de 2025

Reunião técnica realizada após visita técnica, com definição de ações para a audiência pública e mediação entre partes envolvidas.

5.4 Felisburgo/MG – Fazenda Nova Alegria

Data: 24 de março de 2025

Processo Estadual: 8188985-34.2002.8.13.0024

Reunião na Presidência do TJMG para articulação conjunta visando mediação em conflito fundiário envolvendo a área rural.



5.5 Mediação CEJUSC Social

Data: 28 de abril e 27 de julho de 2025.

Processo Estadual: 5001634-62.2017.8.13.0114

Participação imprescindível da COFUND em audiência virtual de mediação promovida pelo CEJUSC Social do TJMG.

5.6 Reuniões preparatórias para possível audiência de conciliação - caso Pataxós-Hã-Hã-Hã - São Joaquim de Bicas/MG

Data: 08 de julho de 2025.

Processo: 1010092-32.2022.4.01.3800

Reuniões realizadas com as partes para atualização sobre a atual circunstância do conflito, alinhamento de expectativas e diálogos sobre a possibilidade de marcação de audiência de conciliação.

5.7 Brasilândia de Minas/MG – Fazenda Centro Pecuário Codevasf

Data: 27 de julho de 2025.

Processo: 0000840-75.2016.4.01.3818

Planejamento e articulação para visita técnica em área da Codevasf ocupada por diversas famílias, visando esclarecimentos e mediação para elaboração de termo de acordo a ser homologado ainda em 2025.

5.8. Fazenda Ariadnópolis - Campo do Meio/MG

Datas:

- 08/10/2025

- 14/10/2025
- 26/11/2025

Audiências realizadas pela 2ª Vara da SSJ de Varginha, acompanhadas pelas comissões fundiárias do TRF6 e do TJMG.

5.9. Bonito de Minas/MG e Januária/MG - Associação Quilombola Quixabeira Gameleira

Datas: 24 e 25 de novembro de 2025.

Reuniões preparatórias para a visita técnica realizada entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2025.

5.10. Ponto Chique/MG - comunidade vazanteira

Data: 17 de dezembro de 2025.

Reunião inicial para diagnosticar as dimensões do conflito coletivo e os possíveis encaminhamentos.

6. Participação em Eventos e Capacitação

6.1 II Jornada de Direitos Humanos e Fundamentais da Justiça Federal – TRF2

Datas: 20 e 21 de março de 2025 – Rio de Janeiro/RJ

Participação ativa dos integrantes da Comissão, com aprovação do Enunciado nº 03, com redação elaborada pela servidora que exerce a função de secretária da Cofund, que enfatiza a importância de considerar os modos de vida tradicionais em conflitos fundiários envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais. Íntegra do enunciado aprovado:

Em conflitos fundiários que envolvam povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, os modos de vida tradicionais do grupo integram a lógica territorial sob análise, o que deve necessariamente ser considerado pelo julgador. Nesses casos, deve-se considerar, além do direito à moradia, seu direito ao território como base para a manutenção da sua própria organização social, econômica, cultural e religiosa, dentre outros valores que lhe são inerentes.



6.2 Encontro Anual das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias – CNJ

Datas: 9 a 11 de junho de 2025 – Salvador/BA

Participação com capacitação intensiva em conciliação, intercâmbio de experiências e definição de diretrizes para atuação das comissões regionais em conflitos fundiários.



7. Relatórios circunstanciados preliminares produzidos

7.1 Caso Residencial Vitória - Tapira/MG: relatório produzido em 10/01/2025 (SEI 0017013-56.2023.4.06.8001).

7.2 Caso Assentamento Morro Grande – Uberaba/MG: relatório produzido em 16/01/2025 (SEI 0002114-19.2024.4.06.8001).

7.3 Caso Assentamento Oziel Alves Pereira – Governador Valadares/MG: relatório produzido em 17/03/2025 (SEI 0015714-10.2024.4.06.8001).

7.4 Caso Comunidade Quilombola Braço Forte – Salto da Divisa/MG: relatório produzido em 08/04/2025 (SEI 0004705-20.2025.4.06.8000).

7.5 Caso Comunidade Quilombola de São Sebastião de Boassara – Patos de Minas/MG:
relatório produzido em 21/05/2025 (SEI 0002930-64.2025.4.06.8001).

Este é o sintético relatório.

PRADO DE VASCONCELOS

Desembargador Federal

Presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias no âmbito do TRF6
Tribunal Regional Federal da 6ª região

ANNA PIANTINO

Assessora Judiciária

Diretora de Apoio à Cofund
Tribunal Regional Federal da 6ª região